



Eixo: Trabalho, Questão Social e Serviço Social.

Sub-eixo: Trabalho, questão social e serviço social – fundamentos.

## A “DEMOCRACIA DE COOPTAÇÃO” NO BRASIL E A INCIDÊNCIA DO EMPODERAMENTO NO SERVIÇO SOCIAL

Ivy Ana de Carvalho<sup>1</sup>

**Resumo:** Neste trabalho objetivamos refletir sobre os laços entre a *democracia de cooptação* – entendendo-a enquanto uma das resultantes da Estratégia Democrática e Popular experimentada no Brasil pelos governos do Partido dos Trabalhadores – e o *empoderamento*. Isto porque partimos da hipótese que este se materializou em programas sociais balizados em diretrizes de *empoderamento* do Banco Mundial. Ademais, buscamos compreender como o Serviço Social, nesta conjuntura de desmonte dos direitos sociais, torna-se um terreno fértil à incidência do *empoderamento* como mecanismo ideológico transferência de responsabilidades estatais para os sujeitos, bem como enquanto uma estratégia interventiva reatualizadora de práticas conservadoras na profissão.

**Palavras-chave:** democracia de cooptação; *empoderamento*; Serviço Social

**Abstract:** In this paper we objected to reflect about the connection between cooptation democracy – understanding it as one of the results of the Democratic and Popular Strategy experienced in Brazil by the governments of the Partido dos Trabalhadores – and the *empowerment*. This is because we have the hypothesis that this has materialized in social programs based on World Bank *empowerment* guidelines. Besides, we seek to understand how Social Work, in this juncture of dismantling social rights, becomes a fertile ground for the incidence of *empowerment* as an ideological mechanism transfer of state responsibilities for the subjects and also as a reactive intervention strategy for conservative practices in the profession.

**Keywords:** cooptation democracy, *empowerment*, Social Work

### I – INTRODUÇÃO

Florestan Fernandes (1981, p. 1), grande sociólogo comunista brasileiro, discorrendo sobre a natureza da batalha que a classe trabalhadora brasileira precisa travar, diz: “Elas precisam libertar-se da tutela terminológica da burguesia (isto é, de relações de dominação que se definem, na área da cultura, como se fossem parte do ar que respiramos ou ‘simples palavras’)”. Ainda

---

<sup>1</sup> Professor com formação em Serviço Social. Universidade Federal Fluminense. E-mail: <ivy\_carvalho@yahoo.com.br>

complementa seu raciocínio Fernandes: “Ora, em uma sociedade de classes da periferia do mundo capitalista e de nossa época, não existem ‘simples palavras’”. Portanto, considerando a perspicácia de Florestan Fernandes, temos que elucidar estratégias como o *empoderamento* (dentre outras), uma vez que a função ideológica destas é justamente velar os fundamentos político-econômicos das relações sociais de produção e dominação do capitalismo contemporâneo.

Levando em conta os traços particulares do desenvolvimento da democracia no Brasil, nos aproximaremos da discussão acerca da *democracia de cooptação* entendendo-a enquanto uma das resultantes da Estratégia Democrática e Popular. Para isso, há que se considerar o modo como veio sendo gestada pelo governos do Partido dos Trabalhadores, asseverando a denominada por Iasi de *Ideologia Proletária-Cidadã*. Não adentraremos o debate do modo como sangrou o fim do governo de coalisão de classes do PT; não obstante, vale sinalizar que este culminou com o recente golpe parlamentar-empresarial-jurídico-midiático que expôs a fragilidade da jovem democracia brasileira.

Quanto a *ideologia* mencionada acima, denota as formas de pensar e agir no real da burguesia que são incorporadas pela classe trabalhadora como se fosse dela. Notamos assim, que ganham forças mecanismos ideológicos apassivadores dos trabalhadores, e dentre esses, temos o *empoderamento*, haja vista que ganha expressividade no âmbito das políticas sociais, de categorias profissionais (tal como o Serviço Social) e de alguns movimentos sociais (sendo tomada como bandeira de luta de frações dos movimentos negro e feminista). Inserido neste quadro societário, examinamos que o Serviço Social é duplamente impactado, no qual destacamos a entrada do *empoderamento* no debate profissional como uma estratégia interventiva dos assistentes sociais. No tocante ao protagonismo de Faleiros, sua proposta de que os profissionais deverão “*empoderar*” seus usuários para que saiam da situação de pobreza ou opressão, tem expressividade no Serviço Social justamente por esta profissão ser terreno fértil para tal – inserida na arena do conflito de classes, das políticas de coerção/consenso, dos movimentos sociais, bem como por ter em sua gênese traços do conservadorismo no trato à “questão social”.

## II- A CHAMADA “DEMOCRACIA DE COOPTAÇÃO” NO BRASIL

De acordo com Florestan Fernandes (1976, p. 421), a *democracia de cooptação* tem como função a integração esterilizante das pressões dos de baixo, permitindo a articulação política “*entre os mais iguais*” em nova forma; promove, ao mesmo tempo, o consentimento das classes; pressupõe interesses-valores variados em conflito na cena política, a institucionalização do poder político excedente, abertura para os “de baixo”, para os movimentos de protestos, promovendo a manutenção de um capitalismo dependente bem como um sistema democrático restrito. Para o sociólogo marxista, a *democracia de cooptação* não designa o fim da autocracia burguesa, mas sim uma “democracia” dentro da mesma, uma vez que diante da crise da periferia do sistema capitalista (e expressando-a) o Estado autocrático-burguês a tem como uma alternativa funcional à dominação burguesa.

Inspirando-nos nesta designação de Fernandes, temos como suposto que a experiência da *democracia de cooptação* no Brasil tenha tido dois braços: a *institucionalização apassivadora dos movimentos de massa* e as *políticas de resignação de massas*. Em nosso juízo, ambos resvalam-se em *mecanismos mistificadores* e tornam-nos o que podemos chamar de *forças motrizes da Ideologia Proletária-cidadã*.

Em resposta à *ideologia dominante* e às expressões da chamada “questão social”, emergem manifestações da consciência social da classe proletária – primeiro como *classe em si* e depois como *classe para si* -, entretanto, com a ofensiva do capital em seu processo desenvolvimento, as ações da classe trabalhadora são adaptadas aos interesses burgueses, são engessadas pelo conformismo e, em detrimento da identidade de classe trabalhadora vigora a identidade de *cidadão* ou *povo*. Desabrocham assim mecanismos ideológicos funcionais ao estabelecimento de “novos consensos” e de uma relação “harmônica” entre capital e trabalho. Desse modo,

como sócia menor da ideologia burguesa, a *nova ideologia proletária-cidadã* é muito útil quando se faz necessário enfrentar os momentos difíceis da ordem democrática capitalista, como a fome, o desemprego, a violência, as guerras, o racismo e outras coisas “ocasionais e eventuais” que acontecem com muita frequência no melhor dos mundos. Os conflitos sociais devem respeitar as mediações institucionais e, evitando que os trabalhadores entrem em luta social contra a burguesia, esse conflito pode se dar entre comportados, ou até exaltados, discursos de representantes dos trabalhadores no Parlamento para seu colega burguês que, sonolento aguarda a vez de responder. Como toda ideologia, esta nova também se assenta sobre relações de dominação, apresenta interesses particulares como universais, inverte, vela, naturaliza a realidade para apresentá-la como inevitabilidade (IASI, 2011, p. 86-87 – grifos nossos).

Como bem nos elucida Iasi, embora algumas formas de consciência social tenham asseverado uma concepção de mundo transformadora, aparentemente *anti-ideológica*, elas acabaram por materializarem-se como *ideologia proletária*, uma vez que se inscreveram nos marcos das relações de hegemonia burguesa e reproduziram processos de inversão da história, burocratismos, oportunismos, conformismos e principismos. Iasi (2011, p. 84) cita o “estalinismo” como uma das manifestações históricas da ideologia proletária, e a esta reflexão do autor acrescentamos as experiências da social-democracia<sup>2</sup> - aqui as bandeiras proletárias de transformação radical da sociedade são tomadas como meros remédios redistributivos mantenedores das estruturas de produção e reprodução do capital.

Para Fernandes (2009) o processo de internacionalização do modo de produção (circulação e distribuição) capitalista ocorre por meio do estabelecimento de relações de dependência dos países periféricos aos países que estão no centro do sistema do capital. Esta situação dependente do Brasil nas relações de poder político-econômicas se manifesta ainda no lugar que ocupa na divisão internacional do trabalho, no qual junto aos demais países latino-americanos passamos – no quadro de exploração imperialista – de coloniais a periféricos. Logo, o Brasil, como um país capitalista dependente,

---

<sup>2</sup> Criticada por Marx quando questiona o *Programa de Gotha* e as posições social-democratas de Lassalle para o Partido Operário Alemão, bem como criticada por Rosa Luxemburgo em “Reforma ou Revolução”, no qual se opõe aos Bernstein. Lenin no “Estado e Revolução” se junta à crítica a social-democracia questionando os posicionamentos de Kautsky (denominado por Lenin de “filisteu”).

nasce sob dominação e se desenvolve *pari passu* às exigências imputadas pelas alterações oriundas das diferentes fases do capitalismo monopolista internacional, dominado por potências européias e os Estados Unidos. Não obstante, considerando as particularidades de nossa formação social, vale atentar que qualquer que fosse o padrão de dominação externa vigente em dado período histórico, aqui uma “(...) organização aristocrática, oligárquica ou plutocrática da sociedade sempre concentrou extremamente a riqueza, o prestígio social e o poder em algumas estratos (sic) privilegiados”<sup>3</sup> (FERNANDES, 2009, p. 21).

Por conta disso a institucionalização do poder político se realizou excluindo o povo e sacrificando o processo de democratização. De acordo com o autor, as tecnologias que se desenvolveram e se adaptaram às “sociedades centrais” trazem consigo novas relações, reatualizam as velhas e novas determinações para o conflito de classes, na medida em que há uma intensificação da exploração. A combinação das formas “arcaicas” com as “modernas” ou “ultramodernas” de exploração capitalista são, portanto, indissociáveis em nosso país, assim como em nossa América Latina. Todas essas formas de exploração “(...) puderam ser mantidas no circuito histórico graças a várias combinações do poder despótico ou oligárquico das classes capitalistas”<sup>4</sup>. Nesse sentido, a burguesia nacional não teve a autonomia histórica necessária para enfrentar os problemas de seu tempo com a mesma veemência que a européia com a nobreza feudal, o que a forçou a resolver a questão da revolução nacional-democrática de outra forma. Isto porque estava a burguesia brasileira paralisada. “De um lado, ela está paralisada pelos controles imperialistas; de outro lado, ela está paralisada pelo medo ao Povo – especialmente, medo das classes trabalhadoras” (FERNANDES, 1980, p. 48-49). Tal paralisação devia-se à não incorporação dos “de baixo”, à associação da burguesia brasileira ao capitalismo imperialista, bem como à imposição de suas

---

<sup>3</sup> FERNANDES, Florestan. *Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina*, 4ª Edição, São Paulo, Editora Global, 2009, p. 21.

<sup>4</sup> FERNANDES, Florestan. *Movimentos Socialistas e Partidos Políticos*, Editora Hucitec, 1980, p. 48.

exigências à economia política nacional, determinação esta que configurou no Brasil a instituição de um Estado autocrático burguês.

O sociólogo<sup>5</sup> aponta que as diferentes transições da economia colonial à economia capitalista produzem sempre três realidades estruturais diversas: 1- “(...) uma concentração progressiva da renda, do poder e prestígio nos estratos que possuem importância estratégica para o núcleo hegemônico de dominação externa (...)”; 2- “(...) a coexistência de estruturas econômicas, políticas e socioculturais de ‘diferentes épocas’ (...)”, resultando em uma simbiose entre o arcaico e o moderno; e, em 3- “(...) a exclusão de uma ampla parcela da população nacional da ordem econômica, social e política existente (...)” como condição para estabilidade do sistema. Essas três realidades estruturais – de concentração de poder e renda, da simbiose entre o arcaico e o moderno, bem como da exploração da população pauperizada – sintetizam-se e aprofundam-se ao longo da história no Brasil, que num contexto contra-revolucionário perpassado pelo cerceamento de direitos políticos e de cidadania, demonstrou e demonstra o alto grau da dependência do capitalismo brasileiro.

Portanto, é fundamental percebermos que esse Estado autocrático é indissociável da particularidade da formação social brasileira; assim, o capitalismo dependente torna-se inseparável do imperialismo. Constatamos que tanto o capitalismo dependente quanto o Estado autocrático-burguês põem-se como meios particulares de alienação do poder político-econômico, haja vista que

uma pré-condição essencial da alienação *universal* (econômica) é a realização da alienação *específica* (afetada politicamente). A alienação universal implica logicamente a alienação parcial e, (...) historicamente a alienação deve ser primeiro político-parcial antes de se tornar econômico-universal. (MÉSZÁROS, 2006, p. 129 – grifos do autor)

Assim, a burguesia nacional, reproduzindo as fragilidades típicas de um país de capitalismo dependente, em âmbitos internacionais apresentou-se sempre dominada politicamente. E ao refletirmos sobre a alienação do poder

---

<sup>5</sup> FERNANDES, Florestan. *Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina*, 4ª Edição, São Paulo, Editora Global, 2009, p. 28-29.

político-econômico consideramos as apreensões de Netto (2006) acerca da autocracia burguesa enquanto um “modelo” do capitalismo dos monopólios. Elucida-nos Netto:

O Estado erguido no pós-1964 tem por funcionalidade assegurar a *reprodução do desenvolvimento dependente e associado*, assumindo, quando intervém diretamente na economia, o papel de repassador de renda para os monopólios, e politicamente mediando os conflitos setoriais e intersetoriais em benefício estratégico das corporações transnacionais na medida em que o capital nativo ou está coordenado com elas ou com elas não pode competir (...) (NETTO, 2006, p. 27-28 – grifos do autor).

Logo, o Estado autocrático erguido no pós-1964, assegurando o pacto contra-revolucionário, é essencialmente antidemocrático, característica essa que priva a classe trabalhadora de exercer seu poder de mobilização e organização. As articulações econômico-políticas desse período ditatorial foram conduzidas pelos monopólios através do que Netto caracterizou como “modernização conservadora”<sup>6</sup>. Todavia, conforme esta foi ganhando corpo, o grande capital foi perdendo legitimação política, abrindo assim a possibilidade para que se avançasse o processo de “revolução nacional e democrática”.

Florestan Fernandes (1976), ao findar seus escritos d’*A Revolução Burguesa no Brasil*<sup>7</sup>, num contexto cujo regime ditatorial militar brasileiro já manifestava nítidos sinais de esgotamento, no último capítulo de sua obra, preocupa-se em projetar tendências sobre os possíveis modos de a sociedade política brasileira acomodar-se ante as crescentes pressões dos “de baixo”. A autocracia burguesa estava por acabar, mas os interesses das classes dominantes precisavam ser prolongados. Ante o avanço das pressões populares, da mobilização dos “de baixo”, as oligarquias burguesas tiveram que encontrar novos mecanismos de defesa militar e política. Mecanismos esses que desempenhassem – sob nova faceta – funções até então exercidas pela ditadura burguesa.

---

<sup>6</sup> Cf. NETTO, José Paulo. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*. Editora: Cortez, 2006.

<sup>7</sup> FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*, 2ª edição, Brasil: Editora Zahar, 1976.

Ao enredar esse processo de estabelecimento de novos pactos sociais, Fernandes projeta duas determinações como possibilidades objetivas: uma referia-se ao “(...) recrudescimento do despotismo burguês (...)”<sup>8</sup>, visando à garantia de seu autoritarismo com as bases populares e dos meios repressivos às suas manifestações anti-burguesas. Outra consistia na ampliação da *democracia de cooptação*, que asseguraria a manutenção dos pilares do regime autocrático burguês através de sua abertura para os “de baixo”. Todavia, Fernandes avaliava que a *democracia de cooptação* possuía “pouca eficácia”<sup>9</sup> em países capitalistas pobres, onde o alto grau de concentração da riqueza socialmente produzida e do poder redundaria na acomodação da autocracia burguesa por meio, conforme a leitura do autor, do recrudescimento da ditadura e não pelo avanço da democracia.

Ao contrário do que Fernandes esperava, o movimento da história fez com que se efetivasse no Brasil um entrelaçamento de elementos da *democracia de cooptação* e do Estado autocrático burguês<sup>10</sup>. Nesse sentido, a dinâmica do real (a história) nos mostrou que a *democracia de cooptação*, enquanto meio de preservação dos interesses da burguesia autocrática, se efetivou estabelecendo um regime democrático (de cooptação das massas) e autocrático (de manutenção dos interesses das burguesias nacional e internacional). E tudo isto sob a faceta da edificação de uma democracia participativa cuja gênese se encontra na *estratégia democrática e popular*<sup>11</sup>, posta em marcha pelo Partido dos Trabalhadores (PT).

Sendo assim, temos de ter clareza que, segundo Fernandes (1976, p. 421), a *democracia de cooptação* tem funcionalidade de incorporar de modo esterilizante as pressões e reivindicações dos “de baixo”, permitindo a articulação política a se expressar na aliança entre trabalhadores e a pequena burguesia nacional. Isso promoveu a consolidação de uma “repressão consentida”, visto que a burguesia nacional interessada em manter seu domínio

---

<sup>8</sup> Ibidem, p. 423.

<sup>9</sup> Ibidem, p. 424.

<sup>10</sup> Ibidem, p. 421.

<sup>11</sup> Uma explicação detalhada dos nexos entre a democracia de cooptação e a estratégia democrático-popular pode ser encontrada no capítulo 4 da dissertação de Marques (2012).

institucionaliza o “poder político dos de baixo”. Fernandes, ainda que tenha vislumbrado o irromper de uma *democracia de cooptação* no Brasil e sido assertivo em seu devir, de acordo com Marques (2012, p. 96-97), o sociólogo “(...) erra apenas em suas conclusões, na postura cética em acreditar ser possível a coexistência entre ‘democracia burguesa’ e ‘democracia de cooptação’”. Nas análises do autor, esta última só se efetivaria enquanto permanência e/ou reciclagem da autocracia burguesa. Contudo, lendo o contexto nacional contemporâneo, Marques (2012) afirma:

Ao escrever este trabalho quase quatro décadas após as avaliações de Fernandes detemos de precisão histórica para discordar de suas posições. Não só a “distensão política” se realizou como vivemos sob a égide de um Estado de Direito e a democracia burguesa nunca foi tão feliz em garantir a rentabilidade lucrativa da ordem social competitiva com a abertura de parcas concessões ao trabalho. A concretude da “democracia de cooptação” se deu não apenas pela manutenção de um perfil autocrático na institucionalização política e, sobretudo econômica “dentro da ordem” capitalista; como, o programa político construído pela classe trabalhadora, em linhas muito próximas às citadas por Chasin, favoreceu a cooptação “para baixo” (MARQUES, 2012, p. 97).

A chamada por Fernandes de *democracia de cooptação* ganhou concretude sócio-histórica no Brasil por meio da *Estratégia Democrática e Popular* – a se espriar em expressiva parte dos programas políticos da esquerda latino-americana, bem como a se materializar no Brasil a partir de 2002, quando Lula chega à presidência da república. Neste período o PT já demonstrava largos indícios das concessões que foi fazendo à burguesia para que chegasse ao poder. Tanto que em suas resoluções<sup>12</sup> já se explicitava sua perspectiva calcada na “revolução dentro da ordem”, assentada no “socialismo democrático”, privilegiando as lutas cotidianas em detrimento das bandeiras universais. Já era nítido o fosso traçado entre a *revolução democrática* e a *revolução socialista*: esta se expressava na acepção de *acumulo de forças* a separar politicamente estes dois momentos.

---

<sup>12</sup> Para uma análise de tais resoluções cf. IASI, Mauro. *As metamorfoses da consciência de classe: o PT entre a negação e o consentimento*. Capítulo 6 – As metamorfoses do PT (1980-2000), – 1ª edição – São Paulo: Expressão Popular, 2006.

Observamos que a *democracia de cooptação* gestada por Lula e pelo PT faz uso de alguns meios apaziguadores da luta de classes através da criação de novos contratos sociais e novos consensos. Entendemos que estes foram materializados em *mecanismos ideológicos* fomentadores de um processo de elaboração de políticas de resignação dos cidadãos e movimentos de pacificação dos trabalhadores. Dentre tais *mecanismos* destacamos *empoderamento*, por este se materializar como expressivo meio de “apassivamento ativo” da classe trabalhadora. Portanto, cabe de precisarmos o modo como a experiência da *estratégia democrática e popular* no Brasil foi aprimorando a denominada por Iasi de *Ideologia Proletária-Cidadã*.

### **III- SERVIÇO SOCIAL ENQUANTO TERRENO FÉRTIL À INCIDÊNCIA DO EMPODERAMENTO**

Identificamos no *empoderamento* uma dupla manifestação do fetichismo, haja vista que reúne seu traço fundamental – “a *supressão das mediações sociais* que ele opera, subsumindo-as numa coisa substantiva e autônoma”<sup>13</sup>, no caso, o movimento do capital – e o suposto processo de autonomização do poder dos sujeitos, poder este que não é qualquer, assenta-se na contradição de classes e na resistência dos trabalhadores. Logo, aliados ao fetiche do *empoderamento*, estão os processos de *alienação* e *reificação* dos trabalhadores, pois ao não se reconhecerem no produto de seu trabalho, este se autonomiza de si. Os trabalhadores tendem a perceberem-se de modo isolado nas relações sociais de produção, e, por sua vez, o *empoderamento* é permeado pelo fetiche de sobrepor as determinações sociais concretas que condicionam as políticas sociais e a atuação no âmbito do Serviço Social. Soma-se a isso o fato de os indivíduos incorporarem a ideologia de que a autoresponsabilização e o desempenho de um “papel social ativo” possam reverter a condição de subalternidade na qual se encontram. O chamado *empoderamento* atomiza o indivíduo da estrutura social (da luta de classes) e transfere para ele um potencial

---

<sup>13</sup> Ibidem, p. 51.

transformador somente pertencente aos sujeitos sócio-históricos coletivos organizados enquanto classe: o proletariado.

Inferimos que este fetiche em torno do *empoderamento* tem afinidade dialética com o avanço da reificação dos indivíduos, uma vez que coisificados ou desumanizados acabam por perder a dimensão social da real e dos sujeitos enquanto sujeitos coletivos, ou seja, que portam características sociais nesta ordem. Assim, os sujeitos apegam-se à ideia fantasiosa de que desenvolvendo habilidades poderão sozinhos ou em grupos sair da condição subalterna em que estão, o que fomenta ainda mais a coisificação destes, pois apreenderão o real de modo fragmentado e atuarão como indivíduos isolados. Somar-se-ão a tudo isso os processos de alienação destes sujeitos atomizados, pois para além de não se perceberem como parte no processo produtivo, introjetam a ideia de que estão *empoderados*. Assumem como suas responsabilidades o que outrora foram direitos conquistados pelos trabalhadores ante o Estado, mobilizando seus próprios recursos, tornando-se “cidadãos ativos e autônomos”. Logo, vigora no *empoderamento* a ideia mistificada e ultrageneralizada de que as pessoas possam conseguir sair da situação de pobreza através de “sua própria força”<sup>14</sup>.

Todos esses aspectos, associado ao contexto de intervenções minimizadas nas manifestações da “questão social” em benefício do capital, contribuem para que o Estado transfira para os indivíduos a responsabilidade sobre sua situação social. Cabe observar que este repasse de responsabilidade via *empoderamento* tem afinados laços com as orientações do Banco Mundial para ampliar a eficiência econômica dos países periféricos no trato à pobreza.

Levando em conta sua origem liberal-individualista e sua apropriação pelo Banco Mundial como um de seus principais dispositivos, o *empoderamento* reverbera na divisão social e técnica do trabalho, visto que, durkheimicamente, as corporações profissionais são chamadas a cumprir determinado papel da estabilização da ordem social, ou seja, em nosso juízo, no apaziguamento dos conflitos de classes. Dentre estas profissões, atentamos para sua incidência no

---

<sup>14</sup> Lembremos que, conforme Iasi (2011, p. 81), a ultrageneralização do particular é uma característica própria da ideologia no capitalismo.

Serviço Social, visto que se põe como terreno fértil ao *empoderamento*. Partiremos de duas conjecturas acerca do impacto do referido deste no Serviço Social: a primeira refere-se à sua materialização diretrizes de organismos internacionais; a segunda trata da apreensão do *empoderamento*, por parte dos assistentes sociais, como um instrumento de intervenção – tal como propõe Faleiros.

Se observarmos os fundamentos da política social no Brasil recente e as determinações fundamentais *empoderamento*, perceberemos que este se põe como um dos mecanismos de reatualização de seus traços conservadores: focalização, individualização de seus usuários, fragmentação em detrimento da integração, moralização e subjetivação das expressões da “questão social”. Não podemos nos furtar a dizer que a consolidação da *democracia de cooptação* é concomitante ao desenvolvimento da contra-reforma do Estado brasileiro tratado profundamente por Behring (2008). Pois, desde o início da década de 1990, período de implementação do neoliberalismo aqui, a intervenção do Estado no social tem sido orientada por organismos internacionais como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial (BM). Destacamos o papel do BM devido por ser o *empoderamento* uma de suas principais diretrizes de orientação das políticas sociais no Brasil<sup>15</sup>.

Os ecos do *empoderamento* soam ainda mais forte quando Faleiros o propõe como um instrumento de intervenção dos assistentes sociais, o que corrobora nossa tese de que o *empoderamento* impacta duplamente a profissão: 1- Num trato estatal às políticas sociais transferindo responsabilidades; 2- Na precarização de modalidades interventivas dos assistentes sociais, que somadas à execução de políticas restritas, usam como estratégia de intervenção o *empoderamento* dos usuários dessas políticas<sup>16</sup>.

Ambas as manifestações mencionadas têm conseqüências deletérias para os usuários do Serviço Social, uma vez que se deparam com a redução e

---

<sup>15</sup> No ano de 2002 o Banco Mundial lançou um livro de referência sobre o “*empowerment*” intitulado: “*Empoderamento e redução da pobreza: uma coletânea*”.

<sup>16</sup> Bem nos lembra Netto (2006, p. 74) que o Estado burguês, ao enfrentar as expressões da “questão social” implementando políticas sociais, demanda o assistente social enquanto um agente meramente técnico responsável por sua formulação e execução-implementação.

transferência de responsabilidade estatal no trato à “questão social” – “auto-atribuindo esta atividade aos próprios sujeitos portadores de carecimento”<sup>17</sup> –, bem como com a intervenção de um assistente social cujo instrumental é “*empoderá-los*”. Avaliamos que o *empoderamento* tomado como base para a construção de políticas e programas sociais, e mais como estratégia interventiva dos assistentes sociais para fortalecer seus usuários, gera implicações objetivas e subjetivas na vida destes, pois estará diante de uma política ou de um programa alicerçado no discurso de mobilização dos próprios recursos, no estímulo ao desenvolvimento de habilidades, na “cidadania ativa” e na ampliação da autonomia. Estará ainda diante de um assistente social que, inserido em tais políticas precarizadas e de reduzidos recursos, intervirá de maneira a não responder suas demandas materiais de modo a incentivar que os usuários se fortaleçam individual ou coletivamente para sair da situação social precária que estão.

Examinando a tese da correlação de forças de Faleiros, à qual insere o *empoderamento*, lamamoto (2008, p. 300-301) diz que embora ele tenha se esforçado para re-significar o “termo”, este – de conotação liberal – alicerça-se em uma perspectiva teórica “estranha à teoria social crítica e ao método que lhe é inerente”. Não obstante, lasi (2006, p. 153) elucida-nos que nas relações sociais dominantes sua substância última encontra-se na expressão ideal de determinados “significantes mestres”. Estes em sua substância são repassados e internalizados não como meras ideias, mas sim como “carga afetiva” no superego. Ressalta o autor: “Esta substância se mantém a mesma nas metamorfoses pelas quais o ser social passa as relações que compõem o conjunto do ciclo da vida da pessoa”.

Para além de endossarmos essa crítica de lamamoto com as devidas ponderações de lasi, acrescentamos algumas reflexões à mesma, principalmente sobre os rebatimentos deletérios do *empoderamento* na atuação profissional dos assistentes sociais. Seguindo este caminho levantaremos duas hipóteses: a primeira refere-se ao possível reforço da ideologia do senso comum

---

<sup>17</sup> Ibidem, p. 250.

sobre a intervenção profissional respaldada cientificamente. A segunda vincula-se aos impactos do referido empoderamento no Projeto Profissional hegemônico do Serviço Social nesses tempos propícios ao avanço do neoconservadorismo na profissão.

Quanto à primeira conjectura, compreendemos que ao tomar o *empoderamento* como estratégia de intervenção visando fortalecer o indivíduo, reduzir a “opressão” e ampliar a autonomia dos usuários das políticas sociais (FALEIROS, 2010), o assistente social tenderá – ainda que não intencionalmente – a transferir também o que lhe é atribuído ou o que lhe compete. Isto, em nosso juízo, faz com que intervenções embasadas cientificamente dêem lugar à prevalência de concepções imediatistas ou cotidianas reprodutoras amparadas em conhecimentos do senso comum. Avaliamos que diante do atual contexto de destruição das políticas sociais, ou seja, de escassez de recurso social que responda às demandas dos usuários, o profissional é chamado a manipular variáveis que transferem responsabilidades. Isto faz como que os usuários incorporem pensamentos do senso comum, tal como: “querer é poder”, “só depende de mim”, “só os fortes conseguem”, dentre outras.

Todas essas ideias têm um papel ativo no sentido de serem funcionais à ideologia dominante, uma vez que o senso comum está apoiado em estruturas objetivas de mistificação sobre o real, o pensar e agir nesta realidade social. Segundo Mészáros (2004), o senso comum é capaz de confirmar de modo ativo as determinações basilares da estrutura da sociedade mercantilizada, bem como de estabelecer laços afinados à ideologia dominante. Portanto, é fundamental percebermos a afinidade objetiva existente entre a estrutura socioeconômica capitalista e as “imagens ideológicas do ‘senso comum’”.

Nesta perspectiva, quando o profissional de Serviço Social utiliza o *empoderamento* como instrumento de sua prática profissional, suscita que o usuário, reproduzindo o “senso comum”, internalize “(...) as dificuldades proibitivas de se entrar no caminho de uma verdadeira mudança estrutural (...)” (MÉSZÁROS, 2004, p. 482). Não à toa que o senso comum orienta-se de maneira a manter a estabilidade da reprodução social, seja por via da fragmentação das relações sociais e dicotomização da relação teórica/prática,

seja por meio da apreensão desviada das dimensões contraditórias inerentes ao modo de produção capitalista.

Parece-nos que os assistentes sociais apreendem o *empoderamento* de modo tautológico, senão como um instrumento que possibilite ampliar a consciência de classe dos usuários. No entanto, examinamos que estas leituras reiteram o trato moralista e subjetivado às expressões da “questão social”. O *empoderamento*, para além de não *dar poder aos usuários*, reforça um tipo particular de consciência social: a individualista e reificada. De forma a não cair numa perspectiva messiânica do Serviço Social, há que considerar que estamos inseridos em relações sociais de produção historicamente determinadas – profissionais e usuários –, o que supõe o reconhecimento que o aumento dos níveis de consciência de classe atrela-se a instituições orgânicas de classe – tal como partidos políticos, alguns movimentos sociais e sindicais. Contudo, entendendo que a intervenção profissional dos assistentes sociais tem uma dimensão ético-política hegemônica, cabe-nos elucidar o *empoderamento* como um *mecanismo mistificador* que vai na sua contramão e se põe a serviço da lógica de acumulação do capital<sup>18</sup>.

O *empoderamento* reatualiza traços do conservadorismo do qual o Serviço Social é herdeiro, manifestando-se assim como uma “estratégia de intervenção” favorável à manutenção do *status quo*. Volta à tona aqui, como dispositivos de intervenção, elementos irracionais e de cunho moral no trato aos usuários, tal como: a auto-ajuda, auto-estima, autoconfiança, habilidades individuais, dentre outros. Retoma-se pela via do *empoderamento*, de certo modo, uma perspectiva subjetivada da liberdade, que “consiste na habilidade de cada indivíduo em desenvolver-se de acordo com as possibilidades e limitações de sua personalidade, com o núcleo de seu ser” (IAMAMOTO, 2004, p. 24).

Em seus fundamentos, o *empoderamento* não se constitui na realidade atual como um “instrumental alternativo” de enfrentamento das manifestações

---

<sup>18</sup> Infere Netto (1996, p.116): “(...) num ordenamento social com regras democráticas, uma profissão é sempre um campo de lutas, em que os diferentes segmentos da categoria, expressando a diferenciação ídeo-política existente na sociedade, procuram elaborar uma *direção social estratégica* para a sua profissão”.

da “questão social”, mas sim em uma das “armas ideológicas” do capital para enfrentar as já frágeis resistências da classe trabalhadora neste quadro de crise estrutural-destrutiva. Com isso, o *empoderamento* ao apreender o real compreendendo que o suposto aumento de poder dos sujeitos pobres ou em situação precária transformará suas condições sociais, acaba por moralizar e personalizar relações sociais ancoradas numa estrutura social antagônica, que supõe a luta de classes. Desse modo, a apropriação do *empoderamento* por parte dos assistentes sociais como instrumento da prática profissional, reatualiza em novas faces os traços conservadores originários do Serviço Social, no qual o profissional é chamado à contribuir para, segundo lamamoto (2004, p. 29), “a reforma do homem dentro da sociedade”.

Todos esses aspectos nos levam a associar o *empoderamento* ao período da trajetória sócio-histórica da profissão em que vigoravam os atendimentos sociais balizados da “individualização dos ‘casos sociais’”<sup>19</sup>. Assim como expõe lamamoto, os indivíduos usuários do Serviço Social são tomados como seres únicos capazes de desenvolver capacidades e habilidades. A incidência do *empoderamento* no Serviço Social se dá de maneira a resgatar essa perspectiva que descola os sujeitos das bases materiais conformadoras das relações sociais no modo de produção capitalista.

Esses traços conservadores na história da profissão, em determinados contextos do capitalismo dependente brasileiro, deparam-se ora com momentos de inflexão, ora com períodos de avanço. Presenciamos um quadro de agudização da crise estrutural do capital e de avanço do conservadorismo na sociedade, e suas expressões na profissão. Examinados que o *empoderamento* põe-se como uma dessas, tanto que – tal como os instrumentais do período da *modernização conservadora* – o *empoderamento* adentra o Serviço Social como um instrumental operativo de redução da situação precária dos usuários, mudança de hábitos e de atitudes dos trabalhadores<sup>20</sup>. Entretanto, em sua essência, o *empoderamento* emerge como um mecanismo de adequação dos

---

<sup>19</sup> Ibidem, p. 29.

<sup>20</sup> Ibidem, p. 33.

indivíduos às exigências neoliberais de destruição das políticas sociais, através da responsabilização dos sujeitos.

O *empoderamento* vem também no bojo da retomada da psicologização das relações sociais no âmbito da intervenção profissional, em que as dimensões materiais da vida dos usuários são preteridas e estes percebidos pelos profissionais como sujeitos com dificuldade para “potencializar habilidades” e mudar atitudes. Vale ressaltar que tanto o *empoderamento* quanto o Serviço Social – preservando suas particularidades – recebem influências da corrente filosófica do pragmatismo estadunidense. Ambos bebem do que Netto (2006, p. 123) chamou de “pensamento personalista norte-americano”, uma vez que este consegue integrar traços da racionalidade formal-abstrata pragmática e do irracionalismo. Porém, no que tange o *empoderamento* não estamos nos referindo a qualquer irracionalismo, mas sim ao característico do pensamento pós-moderno.

Portanto, o personalismo norte-americano – que afetou a prática profissional do Serviço Social nos idos de 1940 – ressurgiu na atualidade sob as vestes do chamado *empoderamento*. Este, ao se manifestar na profissão como instrumento de intervenção, reatualiza a prática conservadora em que o assistente social “emoldura as refrações da ‘questão social’ no âmbito na *personalidade* e, em seguida, no da *relação interpessoal (...)*”<sup>21</sup> (NETTO, 2006, p. 123 – grifos do autor). Ainda retoma-se a perspectiva de intervenção calcada na autodeterminação dos indivíduos, cujo exercício profissional era balizado teórica e metodologicamente na fenomenologia. Desconsidera-se assim o movimento dos usuários do Serviço Social no âmbito das determinações sociais, em suas relações de classes, considerando suas particularidades e suas inserções institucionais. De acordo com Netto (2006, p. 236), uma das formulações seminais da reatualização do conservadorismo no Serviço Social brasileiro, nos anos 1970, veio de Almeida, pois esta autora concebia como importante as intervenções focadas na mudança advinda do crescimento e desenvolvimento da pessoa, de um “movimento do ser ao ser mais”.

---

<sup>21</sup> Ibidem, p. 123.

Netto (1996, p. 126-127), em meados dos anos 1990, ao fazer uma análise prospectiva do Serviço Social brasileiro, pensou que poderiam se projetar algumas linhas de desenvolvimento teórico-profissional: 1- a manutenção da *vertente iniciada como a “intenção de ruptura”*, influenciada pela tradição marxista e com uma direção social estratégica; 2- a resistência de uma *vertente de cariz tecnocrático* herdeira da perspectiva modernizadora; 3- a persistência da *vertente do conservadorismo tradicional* que recorreu à fenomenologia; 4- o desenvolvimento de uma *vertente neoconservadora* inspirada na perspectiva pós-moderna, esta estimulará a “reentronização das práticas tradicionais”; 5- o desenvolvimento de *vertentes aparentemente radicais* desqualificadoras da teorização sistemática.

Tomando por base a primeira vertente citada acima para analisar o *empoderamento*, destacamos a terceira e a quarta, pois consideramos que o mecanismo ideológico em questão as reproduz, seja por meio da reatualização de instrumentais de intervenção ligados à fenomenologia (como a personalista e a do indivíduo autodeterminado), seja através do pós-modernismo como uma das correntes filosóficas que sustenta o pensamento de autores que o reivindica como alternativa. Portanto, podemos observar a assertividade das prospecções de Netto, uma vez que o *empoderamento* incide no Serviço Social reatualizando uma intervenção profissional centrada no indivíduo (comportamentalista), bem como amparado numa leitura pós-moderna das relações sociais (de atomização dos sujeitos, aclassista e assentada num poder difuso).

#### **IV- CONCLUSÃO**

Por meio das reflexões trazidas buscamos contribuir ao processo de desmistificação *do empoderamento*, de maneira a desvelar sua funcionalidade político-econômica e o quão está vinculado ao processo de coisificação e alienação dos sujeitos. Processo este que se reflete também no Estado, compreendido enquanto poder político alienado, e, por sua vez, no âmbito das políticas sociais e do Serviço Social. Isto implica uma dupla manifestação do referido *empoderamento* na profissão, visto que se materializa em políticas e

programas sociais (restritos e compensatórios), bem como adentra o debate profissional sendo proposto como estratégia interventiva (que traz em novas vestes vertentes conservadoras do Serviço Social). Intentamos com estas aproximações reflexivas delinear alguns impactos deletérios dessa incidência do *empoderamento* no Projeto Ético-Político Profissional hegemônico, de maneira a contribuir para o enfrentamento dos avanços do neoconservadorismo no Serviço Social.

## REFERÊNCIAS

BANCO MUNDIAL. *Empoderamento e Redução da Pobreza: uma coletânea*. Washington: Banco Mundial, 2002.

BEHRING, Elaine R. *Brasil em Contra Reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

FALEIROS, Vicente. *Estratégias em Serviço Social*. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 2. edi. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

\_\_\_\_\_. *O que é Revolução?* São Paulo: Brasiliense, 1981.

\_\_\_\_\_. *Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina*. 4. ed. São Paulo: Global, 2009.

IAMAMOTO, Marilda. *Serviço Social em tempos de Capital Fetiche: Capital financeiro, trabalho e questão social*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

\_\_\_\_\_. *Renovação e conservadorismo no Brasil: Ensaios críticos*. São Paulo: Cortez, 2004.

IASI, Mauro Luis. *As metamorfoses da consciência de classe: o PT entre a negação e o consentimento*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

\_\_\_\_\_. *Ensaios sobre consciência e emancipação*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

MARQUES, M. G. *Em busca da "Revolução Brasileira": O democrático-popular como expressão político-programática da formação da classe trabalhadora no Brasil*. Dissertação (Mestrado)-Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2012.

MÉSZÁROS, István. *A Teoria da alienação em Marx*. São Paulo: Boitempo, 2006.

\_\_\_\_\_. *O poder da ideologia*. São Paulo: Boitempo, 2004.

NETTO, José Paulo. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*. São Paulo: Cortez, 2006.

\_\_\_\_\_. Transformações Societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo: Cortez, n. 50, 1996.